

"O tempo favorece os devedores"

Existe "coincidência de interesses (do Brasil) com os credores". Por isso, as autoridades econômicas continuarão tocando a questão da dívida externa em "harmonia" com os banqueiros, sem pressa, pois "o tempo trabalha a favor dos devedores". A afirmação foi feita ontem em Brasília pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que assim desmentiu indiretamente a nota oficial do Itamaraty e declarações do presidente Figueiredo ao empresário Mário Garnero, segundo as quais o governo adotaria medidas mais drásticas, na hipótese de novas elevações dos juros externos.

Usando argumentos semelhantes aos já apresentados pelo presidente do Banco Central, Galvêas disse que mesmo um novo aumento dos juros não implica a necessidade de recursos adicionais para fechar o balanço de pagamentos. O programa de rene-

gociação deste ano foi feito com boa margem de folga, reforçada com o aumento das exportações. Galvêas diz que o superávit comercial será superior a US\$ 10 bilhões, ficando acima, portanto, dos US\$ 9,1 bilhões previstos até agora. O ministro não explicou, porém, que mesmo estes US\$ 10 bilhões não são insuficientes para pagar nem sequer os juros da dívida externa.

Recentemente, o professor Afonso Celso Pastore declarou que o aumento das exportações tornava suportável a elevação dos juros. Ontem, Galvêas confirmou a posição de conformismo do atual governo, dizendo que se os juros preferenciais (prime rate) nos Estados Unidos estão em 12,5% (ele acha que o razoável seria 7%) não adianta "chorar ou esperar". Acrescentou que existe uma defasagem de seis meses entre a elevação dos juros nos EUA e seu efeito sobre a dívida

do Brasil. Até lá, é possível que a taxa tenha caído.

No entanto, o mais provável é que as taxas continuarão subindo. Uma diferença de 5,5% nos juros norte-americanos (de 12,5% para 7%) representa uma despesa adicional da ordem de US\$ 5 bilhões por ano para o Brasil. Alguns empresários calculam que, não fosse a violenta alta das taxas ocorrida nos últimos quatro anos, a dívida externa seria hoje pouco mais que US\$ 50 bilhões.

Apesar de afirmar a "coincidência de interesses" do País e dos banqueiros, Galvêas revelou que há dois anos o governo apresentou a eles uma proposta para a capitalização dos juros, que não foi aceita. Disse que boa parte do poder de decisão sobre o assunto "está do lado de lá". E que existem duas formas de tratar o problema: negociar

ou confrontar. O atual governo prefere a primeira opção, disse ele, tendo em vista a "harmonia" de interesses das partes.

"Não há pressa"

Ainda de acordo com Galvêas, o governo não tem a menor pressa em renegociar, pois "o tempo trabalha a favor dos devedores". Recentemente, o México obteve um empréstimo-ponte de US\$ 3,8 bilhões em condições de prazo e pagamento um pouco melhores que as obtidas pelo Brasil, em consequência da "conscientização" da comunidade financeira internacional de garantir melhores condições aos devedores.

Além disso, não chegou o momento de renegociar. E, ao contrário do que aconteceu no ano passado, as autoridades estão podendo dar mais atenção este ano à política interna. Esta "arrumação da casa", feita em total sintonia com o Fundo Monetário Inter-

nacional, aumentará o poder de barganha junto aos banqueiros, assegurou.

A política de combate à inflação, neste contexto, é fundamental e a ela o governo dará toda a ênfase. Disse que a inflação ainda não caiu porque o governo não conseguiu vencer a alta dos preços agrícolas. Com o início da safra, em junho, Galvêas diz que o índice de preços finalmente vai cair.

Negou enfaticamente que o governo tenha contraído as importações. O que aconteceu foi que o governo adiou o quanto possível a recessão. Quando o País absorveu a recessão internacional, as importações declinaram, mas isso ocorreu também em decorrência do aumento da produção interna de petróleo e da conclusão de grandes projetos nas áreas de energia elétrica, siderurgia, transporte e comunicações. Este ano, o setor privado importará 25% a mais.